

Sabesp cobra contrato com cidades

Empresa planeja investir mais de R\$ 1 bilhão na Baixada e no Litoral Norte em três anos, desde que com acordo

Idéias: água em área irregular e até no Vaticano

SEILA ALMEIDA
DA REDAÇÃO

A Sabesp planeja investir mais de R\$ 1 bilhão, em três anos, em obras e melhorias no saneamento na Baixada Santista e Litoral Norte. Para isso, quer a assinatura de contrato com as prefeituras. Como o investimento anual na região é de em média de R\$ 150 milhões, a parceria permitiria dobrar a aplicação de recursos.

Assim explicou Jerson Kelman, presidente da Sabesp, em visita ontem a *A Tribuna*. Segundo ele, só Santos tem contrato assinado - até 2045, com benefícios como repasse de R\$ 130 milhões e extinção de mais de R\$ 300 milhões em dívidas.

Com isso, outras cidades passaram a exigir tratamento parecido, o que Kelman diz ser impossível: Santos dá lucros à empresa, pois já recebeu, nas últimas décadas, investimentos que ainda seriam necessários no restante da região.

Segundo Kelman, o assunto

tem sido visto sob dois ângulos. Prefeitos falam em justiça e equidade, mas "a lei do saneamento determina que qualquer prestador de serviço, antes de assinar contrato, mostre viabilidade econômica. (...) Não poderíamos nem sequer sonhar em atender os outros municípios da região sem Santos. (...) O déficit é muito grande no Litoral". Jerson Kelman afirma, porém, que a empresa não deseja deixar nenhum município.

O superintendente de Comunicação da empresa, Adriano Stringhini, reforça. "Todo o investimento (nas cidades em água e esgoto) foi feito pela Sabesp. Se a Sabesp sair - e não queremos sair porque somos uma empresa pública -, o município teria de indenizar a Sabesp pelos investimentos não depreciados".

Stringhini lembrou que São Bernardo, Diadema, Mauá e outros municípios passam por isso. "Na Justiça, demora pelo



Jerson Kelman alega ser impossível fazer acordos iguais ao de Santos

menos dez anos, e a população sofre. O neto do cidadão que paga a conta hoje vai pagar muito mais depois".

BERTIOGA: POLÊMICA

"A obra de transposição do Rio Itapanhaú, de Bertioiga, é es-

sencial para garantir a segurança hídrica da Região Metropolitana de São Paulo", diz o presidente da Sabesp. O objetivo é enviar água do rio para o Sistema Alto Tietê, abastecendo 5 milhões de pessoas.

Mesmo garantindo que não

faltar a água, ainda que em uma eventual crise hídrica, a Sabesp considera a obra necessária. "Porque a região (paulistana) tem 22 milhões de pessoas. Não há dúvida nenhuma de que só é viável abastecer São Paulo pegando água fora".

Segundo estudos da estatal, na Serra do Mar chove 3 mil milímetros ao ano. Segundo Kelman, mais do que na Amazônia. Por isso, seria possível retirar 12 metros cúbicos (m³), ou 12 mil litros por segundo sem haver problema: em Bertioiga, o rio chega com vazão de 20 mil litros de água por segundo. A captação para abastecer Bertioiga é de 100 litros por segundo - 5% da vazão média.

Indagado sobre possível impacto ambiental, Kelman alega não haver conhecimento científico para antever o que ocorrerá. "Por isso, vamos monitorar. Se, ao contrário do que acho, houver efeito grave, aí, com base em evidência, vamos tomar decisões".

O presidente da Sabesp, Jerson Kelman, fala em planos da empresa ainda não concretizados: miniestações de tratamento de esgoto para diminuir custos, um novo fundo municipal para o saneamento, a instalação de um sistema de tratamento de água no Vaticano e a tentativa de levar água encanada a áreas de ocupação irregular.

A ideia mais próxima da Baixada Santista é a das miniestações de tratamento. A ideia é diminuir custos e fazer obras mais rápidas, pois o transporte do esgoto é um dos serviços mais caros. Ele chega às estações por meio de bombas elevatórias. A novidade está em uso e avaliação em Itanhaém.

Kelman afirma que Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado (Arsp) planeja um fundo municipal de saneamento. Com ele, até 4% da receita da Sabesp em cada município seria revertida em obras nele.

SITUAÇÃO DOS MUNICÍPIOS LOCAIS PERANTE A EMPRESA

Bertioiga

>>A previsão é o encaminhamento do contrato ainda neste semestre, com base em lei sancionada na semana passada.

Cubatão

>>Tem interesse, mas sem data, em assinar contrato com a Sabesp, dentro de negociação que abrange o reparo de vias públicas danificadas

no programa Onda Limpa, a solução para problemas de abastecimento e o pagamento de multas decorrentes de problemas em serviços feitos por empreiteiras contratadas pela empresa.

Guarujá

>>Está finalizando Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI), aberto a prestadoras de serviços de

saneamento básico. Não falará em investimentos enquanto o processo não for concluído.

Itanhaém

>>Avalia a possibilidade de firmar contrato, considerando que se apresente um plano de investimentos, com obras e prazos. Sem prejuízo às tratativas com a Sabesp, avalia a possibilidade de um

Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI) para serviços de abastecimento de água e para coletar, tratar e escoar esgoto.

Mongaguá

>>Não se manifestou.

Peruibe

>>Tem interesse em assinar contrato, com o máximo de

atendimento no abastecimento de água, com 100% de cobertura de água e esgoto nas áreas urbanas, e sistemas alternativos em locais mais distantes. Não há data prevista.

Praia Grande

>>O contrato de concessão está em fase de elaboração, e a minuta foi entregue à Sabesp no ano passado. A assinatura está prevista para os

próximos meses.

Santos

>>Em 2015, assinou contrato com a Sabesp até 2045, com benefícios e perdão de dívidas.

São Vicente

>>Pretende assinar contrato, talvez neste ano. Faltam ajustes técnicos e de prioridade de investimentos.

Fonte: Jornal A Tribuna - 05/04/2018

Licença-maternidade de 6 meses no setor privado vai à Câmara

A licença-maternidade para celetistas deve passar de 120 para 180 dias. Esta foi a proposta aprovada nesta quarta-feira (4) na Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Por tramitar em regime terminativo, o projeto (PLS 72/2017) segue agora para análise da Câmara dos Deputados.

O relator Paulo Paim (PT-RS) ressaltou que o período de seis meses dedicado à amamentação exclusiva é indicado pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e pelo Ministério da Saúde. Ele citou bons resultados que no seu entender já vem obtendo o programa Empresa Cidadã, que concede benefícios fiscais para empresas que já ampliam a licença-maternidade das funcionárias para 180 dias.

Fonte: Jornal Diário do Litoral - 05/04/2018

Estivadores e portuários farão passeata amanhã

As seis categorias de portuários avulsos de Santos, que estão paralisadas desde a manhã de segunda-feira, farão passeatas, a partir das 9 horas de amanhã, por várias ruas da cidade. São os estivadores, operários de capatazia (Sintraport), operadores de guindastes e empilhadeiras (Sindogeesp), consertadores, vigias de bordo e trabalhadores do bloco.

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 05/04/2018

Terceirizados de refeições iniciarão campanha hoje

Os 2.500 homens e mulheres (estas em maioria) representados pelo sindicato dos trabalhadores nas empresas de refeições coletivas da baixada santista e litoral (Sintercub) iniciarão campanha salarial hoje. Com data-base em junho, eles participarão de assembleia, às 18h, na sede da Rua Bernardino de Pinho Gomes, 741, Jardim São Francisco, Cubatão, para definir as reivindicações ao sindicato patronal Sinderc.

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 05/04/2018

ANEEL aprova reajuste médio de 16,9% nas tarifas da CPFL

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) aprovou ontem reajuste médio de 16,9% nas tarifas da Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL Paulista), empresa que atende 4,3 milhões de unidades consumidoras em 234 municípios do estado de São Paulo. Para consumidores conectados em alta tensão, o aumento será de 11,11% e, para a baixa tensão, de 20,17%. Além das unidades residenciais, a baixa tensão inclui as unidades consumidoras de baixa renda, imóveis rurais, comerciais, de serviços e outras atividades. Também inclui a tarifa de iluminação pública.

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 05/04/2018

TCU exige que União adote nova legislação trabalhista

Antecipando-se à Justiça do Trabalho, o ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) Bruno Dantas passou a exigir o cumprimento da nova legislação trabalhista nos contratos da administração pública federal de terceirização de mão de obra.

"A nova lei trabalhista foi regularmente aprovada pelo Congresso e se encontra em pleno vigor", disse Dantas à Folha. "A menos que o STF declare a inconstitucionalidade da norma, ao TCU compete exigir de todos os órgãos federais que se adaptem à nova legislação."

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo – 05/04/2018

Prevenção de acidentes de trabalho ressalta quedas e adoecimento ocupacional

No Brasil, um acidente de trabalho ocorre a cada 48 segundos e a aproximadamente cada quatro horas uma pessoa morre na mesma circunstância. Ciente disso, o Ministério do Trabalho lançou nesta quarta-feira (4) a Campanha Nacional de Prevenção de Acidentes do Trabalho (Canpat) 2018. Em seu segundo ano, a campanha tem como foco o adoecimento ocupacional e a ocorrência de quedas entre trabalhadores durante o cumprimento de suas funções. Ao longo de todo o mês de abril, prédios públicos do Distrito Federal e de outras unidades federativas serão iluminados com a tonalidade verde, cor que simboliza a segurança. Banners, cartazes e folhetos com conteúdo informativo também serão distribuídos pelas superintendências estaduais do Trabalho, inclusive a empregadores. "A Secretaria de Inspeção do Trabalho destacou estas duas tendências como muito preocupantes, e mereceram nossa atenção este ano. Quanto às doenças ocupacionais, temos um problema de subnotificação, porque normalmente [são] associadas a dores no corpo ou transtornos psíquicos que não são notificados por um problema de cultura brasileira", afirmou o ministro interino do Trabalho, Helton Yomura.

Leia mais: Agência Brasil - <http://cnti.org.br/html/noticias.html> – 05/04/2018